

ArquivoSenado



## Para Sarney, seu mérito foi assegurar a democracia

Senador relembra, após 25 anos, os tensos momentos que antecederam sua posse na Presidência, devido à doença de Tancredo Neves, e diz que lutou até os últimos dias para concluir transição democrática. **3**

No Plenário da Câmara, em 1985, Sarney faz juramento e assume a Presidência

# MPs e criação da Petro-Sal trancam a pauta do Plenário

Os três projetos, que já foram aprovados na Câmara dos Deputados, têm prioridade de votação e, por isso, impedem a análise pelos senadores de qualquer outra proposta. A primeira MP obstrui a pauta desde o dia 6 de abril

**A** semana do Senado começa novamente com a pauta de votações do Plenário bloqueada pela presença de medidas provisórias, que,

como prevê a Constituição, têm prioridade na análise dos senadores. As duas MPs (uma delas transformada em projeto de conversão) ainda são do ano passado e tratam de

recursos para ajudar municípios atingidos por enchentes e de incentivos fiscais para aquecer a economia. O terceiro projeto na fila é o que cria a Petro-Sal. **2**

## Aquífero Alter do Chão pode ser o maior do mundo

Senador Geovani Borges anunciou na sexta-feira que pesquisadores paraenses identificaram o aquífero Alter do Chão nos estados do Amapá, Amazonas e Pará. O reservatório seria maior que o Guarani. **4**

Alter do Chão é uma pequena localidade perto de Santarém (PA) conhecida pelas praias e águas cristalinas do rio Tapajós

## Maciel alerta para destruição dos rios brasileiros **4**

## PAC no Piauí não passa de promessa, diz Heráclito **4**



DammiOliveira/ArquivoPessoal

Duas medidas provisórias e um projeto de lei em regime de urgência constitucional, que já foram aprovados na Câmara, têm prioridade de votação

# Incentivos fiscais, enchentes e Petro-Sal trancam pauta do Plenário

DUAS MEDIDAS PROVISÓRIAS (MPs) e o projeto que cria a Petro-Sal têm prioridade sobre as demais matérias e trancam a pauta de votação do Senado na sessão plenária de amanhã. A primeira MP é a 473/09, que libera recursos para municípios atingidos por enchentes no ano passado. Depois vem a MP 472/09, transformada no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 1/10, que concede incentivos fiscais a vários setores da economia.

A MP 473/09 liberou crédito extraordinário, no valor global de R\$ 742 milhões, para a recu-

peração de estradas e infraestrutura dos municípios atingidos pelo excesso de chuvas.

Empregados em obras e serviços de recuperação, os recursos foram destinados aos ministérios da Educação (R\$ 12 milhões), Saúde (R\$ 50 milhões), Transportes (R\$ 230 milhões), Integração Nacional (R\$ 400 milhões) e Agricultura, Pecuária e Abastecimento (R\$ 50 milhões).

O PLV 1/10 concede incentivos fiscais a diversos setores da economia, especialmente à indústria petrolífera das regiões



MP editada pelo governo destinou R\$ 742 milhões para socorrer municípios atingidos pelas enchentes do ano passado

Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os incentivos fiscais se estendem também à indústria aeronáutica e a empresas de informática e são estimados em cerca de R\$ 3 bilhões em 2010. O governo alega que a proposta reforça o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O Projeto de Lei da Câmara 309/09, que cria a Petro-Sal, é

um dos quatro enviados pelo Executivo que tratam do marco regulatório para a exploração do petróleo na área do pré-sal. Entre as inovações estabelecidas por esses projetos – já aprovadas pela Câmara e que agora tramitam no Senado –, estão, além da criação da Petro-Sal, o estabelecimento de normas para o regime de partilha, a

capitalização da Petrobras e a criação do Fundo Social.

O projeto da Petro-Sal recebeu nove emendas no Senado. Uma delas, do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), altera o nome Petro-Sal para Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) porque o nome originalmente sugerido pelo governo já pertence a um particular.

## Simon defende mudança no projeto para autarquia especial

Uma emenda do senador Pedro Simon (PMDB-RS) ao projeto de lei que cria a Petro-Sal (PLC 309/09) transforma a empresa em autarquia especial, em vez de empresa pública de sociedade anônima, conforme previsto no texto original.

Segundo o senador, a mudança proposta se justifica pelo fato de a Petro-Sal ter sido concebida não como executora de atividades-fim, como prospectar, explorar e comercializar petróleo e gás. Na verdade, frisa ele, sua função deverá ser a de representar o Estado na assina-

tura e na gestão de contratos com empresas privadas, como a própria Petrobras, que executará as atividades-fim.

O PLC 309/09 já está na ordem do dia, com relatórios de três comissões que serão votados em Plenário, pois o projeto tramita em regime de urgência e tem que ser analisado até esta semana, quando passa a trancar a pauta. O relatório de Tasso Jereissati (PSDB-CE), na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), considera inconstitucional a criação da empresa. Os outros dois, de Paulo Duque (PMDB-RJ), na



Simon: Petro-Sal representará o Estado na assinatura e gestão de contratos

Comissão de Infraestrutura (CI), e de Gim Argello (PTB-DF), na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), são favoráveis e apenas mudam o nome da empresa.

## Senadores pedem audiências para discutir Fundo Social

A destinação de recursos do Fundo Social, a ser criado com verbas provenientes da exploração do pré-sal, poderá ser discutida em audiências públicas promovidas pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e realizadas de forma conjunta com outras comissões. Requerimentos com esse objetivo, apresentados pelos senadores Renato Casagrande (PSB-ES) e César Borges (PR-BA), estão na pauta da reunião de amanhã da CMA.

O fundo, proposto pelo Proje-

to de Lei da Câmara (PLC) 7/10, deverá ser vinculado à Presidência da República e será utilizado como fonte de recursos para o desenvolvimento social. Conforme a proposta, o Fundo Social deverá financiar programas de combate à pobreza e de incentivo a setores como educação, cultura, saúde pública, ciência e tecnologia e meio ambiente.

Entre os convidados, estarão representantes da Casa Civil da Presidência da República, dos ministérios de Minas e Energia e da Fazenda, além do presidente do Ipea, Marcio Pochmann.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, o endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Segunda-feira

#### Plenário Sessão é não deliberativa

14h O Plenário reúne-se em sessão não deliberativa, sem a votação de projetos.

#### CI Infraestrutura para esporte

18h A comissão debate a infraestrutura das cidades que sediarão o Rio +20 (2012), a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Entre os convidados, os presidentes do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Arthur Nuzman, e da Comissão de Atletas Olímpicos, Bernard Rajzman.

### Terça-feira

#### CAE Presidente do Banco Central

10h O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, fala à Comissão de Assuntos Econômicos sobre a execução da política monetária.

#### CE Mudanças no Ato Olímpico

10h Audiência pública da Comissão de Educação sobre propostas do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 que alteram a legislação (Ato Olímpico e Lei Pelé) que regulamenta a proteção aos símbolos relacionados aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.

### CCJ

#### Férias do Ministério Público

10h A comissão debate proposta de emenda à Constituição (PEC 48/09) que disciplina o direito a férias coletivas dos magistrados e membros do Ministério Público. Entre os convidados, o procurador-geral da República, Roberto Monteiro Gurgel, e o presidente da OAB, Ophir Filgueiras Cavalcante Junior.

### CMA

#### Prevenção climática

11h30 A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle examina projeto que institui o Centro de Prevenção de Desastres Climáticos. Outra proposta obriga a manutenção de um exemplar do Código de Defesa do Consumidor nos estabelecimentos comerciais.

**SESSÃO ONLINE:** a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço [www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp)

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Geovani Borges

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

### Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria  
Editores: Cintia Sasse, Edson de Almeida, Janáina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes  
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda  
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333  
Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

## ENTREVISTA

# Sarney exalta 25 anos de democracia

Vinte e cinco anos depois dos eventos inesperados que o levaram a assumir o Palácio do Planalto, o presidente do Senado, José Sarney, disse que, em seu período como presidente da República, lutou até os últimos dias para dar continuidade ao processo de transição democrática, que, segundo ele, teve que ser construída a cada dia, em meio a pressões. Sarney falou à Agência Senado sobre os 25 anos da morte de Tancredo Neves, que se completam nesta quarta-feira, 21 de abril. Em 2010 também se celebra o centenário de nascimento do político mineiro.

Com a distância histórica de duas décadas e meia, o presidente do Senado considera que o maior mérito de seu governo foi ter completado a transição até a posse do sucessor, eleito pelo voto direto, sem deixar que falhasse ou fosse interrompida a evolução democrática. Sarney tomou posse em 15 de março de 1985, segundo ele, quase que por imposição das forças democráticas, já que o eleito havia sido internado na noite anterior. Ele fala de seu último encontro com Tancredo e diz que, seguindo o exemplo do político mineiro, governou exercendo a paciência e a conciliação.

Sarney disse que, inspirado por Tancredo Neves, governou o Brasil exercendo a paciência e a conciliação



BRAGA/UFJF

**Depois de 25 anos, que análise o senhor faz do momento histórico da eleição de Tancredo Neves?**

Podemos ter hoje uma visão muito mais definida do papel decisivo que Tancredo Neves desempenhou em momentos cruciais de nossa vida republicana. Nada fiz sem pensar antes no que ele faria, porque, como já disse antes, substituí-lo era uma tarefa maior do que eu mesmo. A fadiga do regime militar se exprimira na afirmação do presidente Ernesto Geisel, em 1974, de que haveria uma "abertura lenta, gradual e segura". A força do movimento de redemocratização se exprimiu nas Diretas Já, que impulsionaram Ulysses Guimarães para a candidatura presidencial. Com a eleição indireta, chegara a vez de Tancredo Neves. Era o brasileiro mais bem preparado pela história para liderar a transição. Tinha a legitimidade e o sentido de conciliação necessários para empolgar todos os campos de opinião, desde o grande público aos membros do colégio eleitoral. Minha abertura da dissidência do PDS foi o sinal para a formação da Aliança Democrática, que consolidou a vontade majoritária do país e a consagrada vitória de 15 de janeiro de 1985.

**Como foi a formação da chapa, a sua indicação para vice-presidente?**

Tancredo Neves insistiu em que eu fosse seu companheiro de chapa. Eu tinha a convicção de que meu nome não era o mais adequado, pois enfrentaria resistências naturais pela minha origem partidária. Mas o então governador, Tancredo Neves, me convocou a Minas Gerais e, lá, foi inflexível em minha indicação. Eu fui obrigado a aceitá-la, colocando desde logo meu nome à disposição para ser substituído se isso fosse útil às articulações políticas. Era um tempo em que as posições políticas eram beatificadas

ou satanizadas em função da bipolaridade ideológica.

**Como foi a formação do governo, do ministério, já que a divisão ideológica do período era tão forte?**

Eu me preparei para ser um vice-presidente com um papel meramente protocolar. Não participei, em nenhum momento, da formação dos quadros ou do programa de governo.

**Qual o momento mais difícil da transição? Em algum momento o senhor viu risco de retrocesso?**

A transição foi uma obra construída a cada dia e sempre foi muito difícil. Tive que lutar, até os últimos dias de governo, para evitar as forças que tendem a expelir o ocupante da Presidência. Como Juscelino Kubitschek, considero que o maior mérito do meu governo foi ter completado o processo de transição até a posse do meu sucessor, sem deixar falhar a evolução democrática, sem que a transição sofresse abalos.

**Houve risco de retrocesso quando o presidente Tancredo teve que se internar?**

Tancredo foi um mártir, porque deu mais do que a vida, deu a própria morte

para defender a transição para a democracia, como disse Afonso Arinos. Ele sabia que estava doente. Mas Tancredo acreditava que, se aceitasse hospitalizar-se dias antes, haveria um problema institucional, a transição não ocorreria. Houve, sim, riscos antes da posse. Tancredo sabia o que custaria chegar àquele instante e não admitia ser operado antes da posse, temia uma crise político-militar de desfecho imprevisível, estava informado de que o presidente Figueiredo não daria posse a mim, o vice-presidente eleito. Só

aceitou ser internado às pressas quando ouviu de Francisco Dornelles a garantia de que Figueiredo transmitiria o cargo. Assumi contra minha vontade, por imperativo jurídico e pela vontade dele.

**Como foi seu último encontro com o presidente Tancredo antes da internação?**

Estive brevemente com Tancredo Neves na véspera da posse, na tarde do dia 14, durante a missa de ação de graças no Santuário Dom Bosco, em Brasília. Pela manhã, estivera com ele na Granja do Riacho Fundo, em companhia do então vice-presidente, Aureliano Chaves, de Jorge Bornhausen e de Marco Maciel. Ele nos disse que estava resfriado e nos recebeu com um cachecol em volta do pescoço. Sentei-me ao seu lado. Tinha as mãos frias.

**Como foi comunicado que o presidente Tancredo Neves não poderia tomar posse e que a transmissão do cargo seria com o senhor como presidente?**

Por volta das 9h da noite do dia 14, Aluizio Alves [já nomeado pelo presidente eleito para o Ministério da Administração] me telefonou dizendo que Tancredo havia sido internado no Hospital de Base. Depois de confirmar a notícia com o general Leônidas Pires Gonçalves [então nomeado para o Ministério do Exército], para lá me dirigi. O deputado Ulysses Guimarães estava numa sala, solitário. Disse-me que eu deveria assumir no lugar de Tancredo, o que eu não quis aceitar. Chegaram outros políticos e o tema da posse tornou-se o centro da conversa. Eu me senti desconfortável e voltei para casa. Pela madrugada, o general Leônidas me telefonou e disse que estava decidido: como vice-presidente eleito, eu tomaria posse no lugar do presidente. Insisti em recusar, mas ele foi firme e cortou a conversa com um "boa-noite, presidente".

"Tancredo nos recebeu com um cachecol. Sentei-me ao seu lado. Tinha as mãos frias"

"Tancredo me convocou a Minas Gerais e foi inflexível em minha indicação [para vice]"

**Que papel teve o general Leônidas Pires Gonçalves naquela noite, na decisão de que o vice eleito tomaria posse sem riscos para a transição?**

Ele foi, com Ulysses Guimarães, ao ministro Leitão de Abreu [chefe do Gabinete Civil do governo Figueiredo], para conversar sobre a situação criada com a doença de Tancredo e sobre o governo que terminava. O general tinha os artigos constitucionais na ponta da língua e o ministro Leitão aceitou os argumentos. Ao mesmo tempo, Leônidas colocou em prontidão todo o dispositivo militar comprometido com a redemocratização, para evitar qualquer possível tentativa de interferência dos que não se conformassem com a solução constitucional.

**Onde o senhor guarda a carta que lhe enviou o presidente Tancredo Neves antes da morte e o que dizia o último documento escrito dele?**

Guardo a carta em meus arquivos, como um tesouro. Seu conteúdo é público [leia o quadro], pois o revelei em seguida, como era a intenção do presidente Tancredo Neves. Há poucos dias, a citei durante as comemorações do centenário de nascimento dele.

Caro Sarney,  
A Nação está registrando o exemplo de irrepreensível correção moral que o prezado amigo lhe transmite no exercício da Presidência da República. Na política, o exemplo é mais importante do que o discurso. O discurso é efêmero pela sua própria natureza. O seu efeito termina com a leitura de sua divulgação, por mais eloquente e oportuno que seja ele. O exemplo, ao contrário, contribui para a construção ética da consciência do nosso povo que, na solidariedade que tem demonstrado, tem me dado forças para superar estes momentos. O seu exemplo, presidente Sarney, ficará memorável em nossa História.

Um cordial abraço para Marly.

Tancredo Neves

Foto: Celilo Azevedo

Aquífero Alter do Chão teria 4,37 milhões de quilômetros quadrados e é o maior reservatório de água doce do mundo. Pesquisadores da Universidade do Pará o identificaram nos estados do Amapá, Pará e Amazonas

F. Barhura/Aquíferosoc

Alter do Chão é ponto turístico próximo a Santarém (PA) conhecido pela beleza das praias do rio Tapajós



## Geovani Borges: aquífero Alter do Chão pode ser maior que o Guarani



José Cruz

O SENADOR GEOVANI Borges (PMDB-AP) anunciou, na sexta-feira, a descoberta do aquífero Alter do Chão, reservatório com 4,37 milhões de quilômetros quadrados e profundidade de 545 metros. Esse seria o maior reservatório subterrâneo de águas doces do mundo e sua identificação resultou do trabalho de pesquisadores da Universidade Federal do Pará.

– A descoberta precisa ser celebrada como prova das potencialidades da região Norte, ainda insuficientemente lembrada nos planos turísticos e científicos do Brasil – comentou.

O aquífero foi denominado Alter do Chão em referência à localidade de mesmo nome em Santarém (PA) e foi identificado com um único grande reservatório localizado sob áreas dos estados do Amapá, Pará e Amazonas. De acordo com o senador, suas dimensões ainda não foram conclusivamente mapeadas, mas os dados coletados ao longo de 30

anos já permitem assegurar que é maior que o aquífero Guarani – de 1,2 milhão de quilômetros quadrados, com 70% de sua área no centro-sudoeste do Brasil e o restante distribuído entre Argentina, Uruguai e Paraguai.

As informações trazidas pelo senador são do geólogo Milton Matta, professor da Universidade Federal do Pará. Pelas pesquisas, ele disse ser possível afirmar que sai do aquífero toda a água que abastece Santarém e quase a totalidade de Manaus.

Geovani Borges observou que a ONU considera a água como a “seiva do planeta”. Porém, apenas 0,007% do total está disponível para o consumo da população mundial, de mais de 6 bilhões de pessoas. Esse fato, segundo ele, desperta angústia nos que pensam no futuro.

– Deus é de fato generoso com este país. As ameaças se erguem, os problemas acenam e, mesmo assim, ainda

somos agraciados com a descoberta que aqui hoje saudamos – salientou.

### Justiça Federal

Geovani Borges informou ainda que a bancada federal do Amapá conseguiu garantir recursos no valor de R\$ 35 milhões para a construção da sede da Justiça Federal do estado, onde serão instaladas seis varas de Justiça. Também registrou que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) acabou de aprovar a instalação de uma vara federal no município de Oiapoque e outra em Laranjal do Jari, ambos no estado. Ele louvou a medida, mas apelou para a concessão de mais uma vara para a capital.

O senador saudou também a Companhia de Eletricidade do Amapá pela iniciativa, em parceria com a Petrobras, de realizar treinamento para capacitar técnicos de operação que trabalham com o óleo utilizado na produção de energia.

## Maciel cita destruição do Velho Chico e pede proteção dos rios

Preocupado com o crescente assoreamento do rio São Francisco, o senador Marco Maciel (DEM-PE) defendeu na sexta-feira uma reflexão sobre a necessidade de ações mais efetivas para a proteção dos recursos hídricos no Brasil. Ele leu artigo publicado pelo *Correio Braziliense* no qual o desembargador federal Lázaro Guimarães, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, mostra o processo de destruição do “rio da integração nacional”.

No artigo, Guimarães ressaltou que “o Atlântico penetra no Velho Chico e saliniza suas águas. Peixes de água salgada são encontrados a dezenas de quilômetros no rio”. Diz ainda que, nos últimos 40 anos, o São Francisco perdeu 40% do volume de água e que, a cada ano, “são lançadas 18 milhões de toneladas de areia e terra no seu leito, infestado por esgotos domésticos e industriais e todo tipo de dejetos”.



José Cruz

Maciel lembra que país detém 12% da água doce do planeta

O senador lembrou que o país concentra 12% da água doce do planeta e defendeu uma ação firme de governos e da sociedade na preservação ambiental.

– Está na hora de darmos um alerta para que a situação não continue a se agravar e para que possamos preservar nossa riqueza e aproveitar também os diferentes biomas que marcam o espaço territorial brasileiro – finalizou.

## Heráclito diz que obras do PAC no Piauí são apenas promessa

As obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Piauí não passam de promessas, disse na sexta-feira o senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ao informar que nenhuma obra anunciada pela ex-ministra Dilma Rousseff para o estado foi concluída e outras, como o Porto de Luís Correia, estão em “estágio ridículo de andamento”.

O parlamentar afirmou que a foto que ilustra a cartilha 8 do PAC, destinada à divulgação do programa no Piauí, não diz respeito a uma obra no estado, mas sim à transposição das águas do rio São Francisco na Bahia.

Heráclito também cobrou do Ministério Público do Piauí que investigue os contratos de locação de veículos utilizados pelas repartições públicas do estado.



José Cruz

Heráclito: construções estão em “estágio ridículo de andamento”

Segundo ele, a terceirização ultrapassa R\$ 5 milhões por mês, “o que é um absurdo para um estado tão pobre como o Piauí”. O senador elogiou a intenção do atual governador do estado, Wilson Martins, de cancelar os contratos.

– Pode ser o primeiro dos muitos escândalos do ex-governador Wellington Dias – previu o senador.

## Projeto modifica lei ambiental para ampliar hipóteses de pichação

A Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98) poderá ampliar o alcance da punição pela pichação de bem urbano. A pena de três meses a um ano de detenção, mais multa, passaria a ser aplicada não só a quem pichar edificação ou monumento, mas danificar com grafiteagem construção, muro, parede, placa, sinal ou qualquer outro bem, seja público ou privado, atentando contra a ordem estética e urbanística. Essa mudança deverá ser analisada na próxima reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta (PLS 378/03) é do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), crítico de interpretação judicial equivocada da Lei 9.605/98, que tenderia a considerar menos graves as pichações realizadas em prédios sem tombamento pelo patrimônio histórico.

A pena poderá ser extinta se o autor do dano tomar a iniciativa de restaurar integralmente o bem antes do recebimento da denúncia. Caso essa restauração aconteça antes da sentença, a punição será reduzida em até dois terços.

## Senadores discutem infraestrutura para Copa e Olimpíadas

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) marcou para hoje uma audiência pública para debater as necessidades de infraestrutura e mão de obra nas cidades que sediarão os três principais eventos marcados para o Brasil nos próximos anos: a conferência Rio +20, que ocorrerá em 2012; a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. A Rio +20 será uma conferência internacional sobre meio ambiente a ser realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU). O evento vai analisar o cumprimento de compromissos assinados em 1992, em encontro também da ONU realizado no Rio de Janeiro, a Rio 92.

O pedido para a audiência é do presidente da CI, senador Fernando Collor (PTB-AL). Entre os convidados, estão o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Arthur Nuzman, e o ex-presidente da Fifa (entidade diretora do futebol mundial) João Havelange.

## Servidores de e-mail deverão manter cadastro de clientes

Prestadores de serviço de correio eletrônico (*e-mail*) poderão ser obrigados a manter, no mínimo por cinco anos, cadastro detalhado dos usuários. A proposta, de Delcídio Amaral (PT-MS), está na pauta da próxima reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), no dia 28.

O possível uso de *e-mails* para fins criminosos motivou o senador a apresentar esse projeto de lei (PLS 279/03), já aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Além de nome completo e endereço residencial, o cidadão terá de informar dados como número, data e órgão expedidor da carteira de identidade, além de CPF. Para as empresas, serão exigidos razão social, endereço completo e CNPJ.

As empresas são corresponsáveis pela veracidade das informações de seus cadastros e ficam obrigadas a apresentar às autoridades extrato das comunicações eletrônicas realizadas.